



Ofício Circular 003/2006

Cruzeiro do Sul - AC, 08 de setembro de 2006.

A Sua Senhoria o Senhor

Ministro de Estado da Justiça

Márcio Thomáz Bastos

Prezado Ministro,

Vimos comunicar as novas invasões ocorridas na Terra Indígena Kampa do Rio Amônia, onde foram localizados acampamentos de madeireiros peruanos.

De acordo com agenda de vigilância, o IBAMA e a Polícia Federal em sobrevôo na área de fronteira localizou cerca de cinco acampamentos de exploração madeireira sobre a linha da fronteira do Brasil com o Peru, aonde vimos uma grande frente de madeireiros com muitas máquinas, caminhões e toras de madeiras junto aos marcos de fronteira, nas proximidades do rio Juruá.

Tal situação deixa nossa comunidade em alerta e com grande sentimento de revolta, por não conseguir acabar com esse problema que vem ocorrendo há anos, inclusive comprometendo as ações e projetos em andamento, pois desviamos toda nossa atenção e esforço para solucioná-lo.



No entanto, reconhecemos o imenso esforço de atuação em conjunto das instituições nacionais, Ministério do Meio Ambiente, IBAMA/Diretoria de Proteção Ambiental, Polícia Federal e Exército Brasileiro, que cumprindo com sua missão institucional e diligentemente tem sobrevoado a área quantificando e desmontando esses acampamentos, desta forma estão fazendo tudo que podem para proteger nosso povo, os recursos naturais brasileiros e o Território Nacional.

Nós, da comunidade Apiwtxa também temos feito todo o esforço diplomático no sentido de dar visibilidade a ameaça que estamos sofrendo e ao aumento da destruição dos recursos madeireiros que estão em nossa área e na faixa de fronteira do Brasil com o Peru. Desta forma, lideramos a criação do Grupo de Trabalho Binacional de Proteção Transfronteiriça, no qual participam as mais importantes entidades da sociedade civil, diretamente afetadas com essa crescente e descontrolada pressão madeireira. Nós sabemos ainda, que esta situação se deve a política de exploração dos recursos naturais do estado peruano, uma política que não se preocupa com a conservação da floresta, assim como não se preocupa com as populações tradicionais: povos indígenas e índios isolados, que sabidamente habitam a região. O governo peruano não tem capacidade de implantar uma política de concessão florestal e proteção de seu próprio povo, bem como respeitar os territórios vizinhos.

Assim, exigimos que o Estado Brasileiro através do Ministério da Justiça, juntamente com o Ministério do Meio Ambiente e Ministério das Relações Exteriores, determine ao estado peruano que respeite o povo brasileiro e adote políticas integradas com o Brasil para a proteção da floresta, a conservação da biodiversidade e da sociodiversidade, se abrindo definitivamente ao diálogo com o estado brasileiro.

Estamos cansados e exaustos dessa situação e com a eminência dessa nova frente de exploração ao lado das nossas casas, não vamos conseguir dormir em paz e não iremos ficar passíveis.



Há exatos dois anos diligentemente estamos fazendo proteção da área de fronteira, prendendo madeireiros e tomando equipamentos. Se o governo brasileiro assim o desejar, a comunidade pode endereçar essa carta a Organização dos Estados Americanos (OEA), para que a mesma apóie estado brasileiro na sua iniciativa de conversar com o recém assumido governo peruano.

Aguardamos imediata atenção e resposta.

Atenciosamente,

Moisés da Silva Pinhanta

Presidente

Associação Ashaninka do Rio Amônia – Apiwtxa

Com cópia para:

A Sua Senhoria a Senhora

Ministra de Estado do Meio Ambiente

Marina da Silva Vaz de Lima

A Sua Senhoria o Senhor

Ministro de Estado das Relações Exteriores

Embaixador Celso Luiz Nunes Amorim